

Congresso analisa liberação de Cr\$ 5 tri do FAT para a Saúde

O Governo decidiu que vai pedir ao Congresso a liberação de Cr\$ 5 trilhões do Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT) para a cobertura de despesas do Ministério da Saúde, informou ontem o ministro Adib Jatene, após reunir-se com os ministros da Economia, Marcílio Marques Moreira, e da Ação Social, Ricardo Fiúza. Segundo Jatene, o projeto de lei pedindo a liberação a título de empréstimo deve ser enviado hoje ao Congresso.

O Governo vinha estudando a possibilidade de pedir a liberação de até Cr\$ 8 trilhões do FAT para os Ministérios da Saúde e da Ação Social. Mas durante a reunião de ontem, realizada no gabinete de Marcílio, ficou decidido que o pe-

dido de empréstimo dos recursos do FAT contemplará apenas as despesas da saúde.

À saída do encontro, Jatene explicou que a cobertura das despesas de seu ministério foi considerada prioritária. Informou que em julho as contas da Saúde apresentaram um déficit de Cr\$ 580 bilhões. Este número deverá crescer para Cr\$ 700 bilhões em agosto. Ricardo Fiúza não quis falar sobre a reunião ao deixar o Ministério da Economia, informando apenas que o Ministério da Ação Social precisa de Cr\$ 1,5 trilhão para cobrir suas despesas.

Para fazer a transferência dos recursos do FAT ao Ministério da Saúde, o Governo precisa enviar

mensagem ao Congresso, em forma de projeto de lei. É necessário um projeto de lei porque a Constituição especifica, em seu artigo 239, as aplicações dos recursos do FAT, que devem financiar o seguro-desemprego, o abono salarial anual e 40% de empréstimos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Quando os recursos são aplicados em outro setor não fixado na Constituição, como é o caso da Saúde, a transferência precisa ser aprovada pelo Congresso. Os assessores do ministro do Trabalho e Administração, João Mellão, que administra o FAT, informaram que por enquanto só haverá transferência dos recursos do fundo para a Saúde.